



MarciaMatiz

Audiência reúne Oscar de Moraes (E), Delcídio, Márley Caetano e Maria Aparecida Vargas

## Nova taxa pode racionalizar uso da água

A cobrança de uma taxa pela utilização da água como recurso natural foi defendida em audiência na Subcomissão dos Marcos Regulatórios. O diretor da ANA, Oscar de Moraes, disse que a medida levaria a população a reconhecer a água como bem econômico. O presidente da subcomissão, Delcídio Amaral, observou que “esse é o começo da racionalização do uso da água”.

Página 5

# Autoridades divergem na CPI sobre origens da crise aérea

Comandante da Aeronáutica afirma que falta pessoal para atender às necessidades, enquanto procurador do Ministério Público do Trabalho acredita que a gestão militar do sistema é incompatível com a possibilidade de melhoria das condições de trabalho dos controladores. Movimento reivindicatório da categoria é apontado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) como principal fator responsável pelos problemas. **Página 3**



MarciaMatiz

Ao lado de Demostenes (E), Tião Viana questiona o brigadeiro Juniti Saito (ao lado do também brigadeiro Paulo Roberto Vilarinho): em busca de explicações para a crise no setor aéreo

## Plenário reage a críticas de Chávez ao Congresso

Vários senadores repudiaram ontem, em Plenário, as declarações do presidente venezuelano Hugo Chávez sobre o Congresso brasileiro. Houve críticas à postura do governo Lula diante do episódio – rechaçadas por Romero Jucá. **Página 4**

Jane Araújo



## Senadores apóiam luta em favor de universidade gaúcha

Senadores participaram de seminário em favor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), ameaçada por problemas financeiros. **Página 8**

Zambiasi, Adão Villaverde, Cristovam e Paim no ato em favor da Uergs



A cada ano, o Brasil registra 137 mil casos de HPV. Proposta em exame na Comissão de Assuntos Sociais combate o que Ideli Salvatti considera "grave problema de saúde pública"

## Audiência debate distribuição gratuita de vacina contra HPV

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) marcou audiência pública para amanhã, às 11h, com o objetivo de debater o projeto que garante a oferta de vacinação contra o papilomavírus humano (HPV) pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Certos tipos de HPV causam o câncer do colo de útero.



Ideli: HPV é a doença sexualmente transmissível mais comum

A proposta (PLS 51/07) de Ideli Salvatti (PT-SC) estabelece que a vacina quadrivalente contra o HPV será oferecida, de modo sistemático e gratuito, pelos órgãos públicos, bem como pelas entidades privadas subvencionadas pelos governos federal, estaduais e municipais. A lei já prevê essa oferta para as vacinações

obrigatórias, conforme definição do Ministério da Saúde.

Estão convidados para participar da audiência a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; a coordenadora de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Gulnar Azevedo e Silva Mendonça; a coordenadora da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Regina Coeli; a representante do Hospital Oswaldo Cruz Bernardete Nonenmacher; e o presidente da Comissão Nacional do Trato Genital (Febrasgo), Newton Sérgio de Carvalho.

Segundo Ideli, o HPV é a doença sexualmente transmissível mais comum. No Brasil, são registrados aproximadamente 137 mil casos por ano na sua forma clínica, que representa apenas 1% das infecções, estimadas em 10 milhões a cada ano. A senadora informou ainda que as infecções pelo HPV nem sempre são detectadas pelo exame colposcópico, conhecido como Papanicolaou.

– Trata-se, portanto, de um grave problema de saúde pública.

Ideli explica que o vírus também acomete os homens, causando diversas lesões genitais, inclusive cânceres, porém a frequência é bem inferior à das mulheres.

O projeto tem como relatora na CAS a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE). E o requerimento para a realização da audiência é de autoria da própria Ideli e de Paulo Paim (PT-RS).

## CDH discute situação dos direitos humanos no Brasil

A realização de uma audiência pública de apresentação do resultado do projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais durante o período 2005/2006 poderá ser decidida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O colegiado reúne-se hoje para examinar o requerimento 33/07, de José Nery (PSOL-PA), que solicita a audiência.

O projeto é inspirado na experiência dos Relatores Especiais Temáticos da Organização das

Nações Unidas (ONU) e se constitui em uma iniciativa da sociedade civil para monitorar, analisar e difundir informações sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Entre os convidados sugeridos para o debate estão Maria Elena Rodrigues, coordenadora do projeto pela Plataforma DhESCA Brasil, e os relatores de cada área.

A CDH também examinará o requerimento de Paulo Paim para a realização de uma segunda audiência sobre a antecipação da

maioridade penal, como desdobramento do debate que ocorreu no último dia 30 na comissão.

Na pauta está, ainda, uma sugestão da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) para permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário em todas as modalidades de propaganda gratuita. O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), pediu o sobrestamento do exame até o fim da tramitação do PLS 391/05, que também trata de propaganda eleitoral.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Novas funções para o Cade

A partir das 14h, o Plenário analisa pauta com seis itens. Entre eles, o PLS 412/03, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

### Alterações na dedução de Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para analisar 17 itens. Consta da pauta os projetos que visam permitir a dedução, da base de cálculo do

Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de doações a programas oficiais de combate à fome (PLS 2/03) e de dependente ainda em fase de gestação (PLS 7/07).

### Comissão de Educação examina o PDE

O ciclo de audiências destinadas a debater propostas que possam incrementar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem continuidade hoje, a partir das 10h, na Comissão de Educação (CE). Estão convidados para a reunião os presi-

dentos da Academia Brasileira de Educação, Carlos Alberto Serpa; do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Auxiliadora Seabra; e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Paulo Rizzo.

### Juros bancários no Código do Consumidor

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deverá votar substitutivo ao projeto que exclui da aplicação do Código de Defesa do Consumidor o custo dos empréstimos e a remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro (aplicações). O horário da reunião é 11h30.



### Instalação da Frente Parlamentarista

A Frente Parlamentarista faz sua primeira reunião às 14h30. Criada por sugestão do senador Fernando Collor (PTB-AL), que apresentou proposta de emenda à Constitui-

ção (PEC 31/07) para instituir o parlamentarismo como sistema de governo no Brasil, a frente se reúne a fim de apresentar uma cartilha e sua agenda de trabalho.

### Maioridade penal em pauta na CDH

Os dois primeiros itens a serem votados pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), em reunião a partir das 10h30, são requerimentos solicitando audiências públicas, uma para dar continuidade ao debate sobre a redução da maioridade penal, e outra sobre o resultado do projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais 2005-2006.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, César Borges, Papaléo Paes e Mão Santa

## Corregedor do Senado pode ouvir hoje Cláudio Gontijo



Tuma pretende levar informações mais consistentes para reunião

O Corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), agendou para as 16h de hoje o depoimento de Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. Segundo reportagem publicada pela revista Veja, Gontijo teria repassado recursos à jornalista Mônica Veloso, com quem o presidente do Senado, Renan Calheiros, tem uma filha, como pagamento de pensão alimentícia e aluguel.

Romeu Tuma pretende levar informações mais consistentes sobre o caso para a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que deverá ocorrer amanhã, com a finalidade de analisar a representação do PSOL

solicitando que o colegiado investigue “a ligação de Renan com a construtora Gautama e com a empreiteira Mendes Júnior”.

A assessoria do corregedor confirmou que ele mantém a intenção de ouvir também a versão da jornalista Mônica Veloso. No entanto, seu depoimento ainda não tem data marcada. A oitiva de Cláudio Gontijo ocorrerá no gabinete de Tuma.

### Defesa

Na reunião de amanhã do Conselho de Ética, o presidente do órgão, senador Sibá Machado (PT-AC), eleito na última semana, deve se pronunciar também com relação à defesa apresentada por Renan Calheiros. O presidente do Senado afirmou, em pronunciamento no Plenário em 28 de maio, que todos os pagamentos efetuados por ele à jornalista foram feitos com recursos próprios e estão devidamente comprovados em extratos bancários e declarações do Imposto de Renda.

As cópias de todos os documentos aos quais Renan Calheiros se referiu foram entregues ao corregedor por Eduardo Ferrão, advogado do presidente do Senado, na semana passada.

## Sibá só vai se posicionar depois do exame dos documentos

Em entrevista à imprensa, o presidente do Conselho de Ética, senador Sibá Machado, afirmou que pretende analisar todos os documentos relacionados ao caso antes de tomar qualquer posicionamento a respeito da representação do PSOL sobre suposta quebra de decoro parlamentar por parte do presidente do Senado, Renan Calheiros. Acrescentou que esses documentos ainda não lhe foram repassados pelo corregedor Romeu Tuma.

– Antes de mais nada, preciso conversar com o senador Romeu Tuma para que ele possa contribuir com os trabalhos da próxima reunião, quem sabe apresentando uma informação prévia de todo o acumulado que ele já processou durante esses dias. Não pretendo tomar nenhuma decisão sem que ele apresente os fatos que já analisou – comentou Sibá.

O Conselho de Ética analisará a representação do PSOL. Sibá Machado frisou que, “qualquer que seja a decisão, ela será tomada de maneira coletiva”.

– Se, porventura, os senadores acharem que não há comprovação nenhuma que embasa a



Sibá: “Qualquer que seja a decisão, ela será tomada de maneira coletiva”

representação, podemos pedir o arquivamento. Uma outra possibilidade é que juntemos todas as informações e passemos aos membros do conselho para que, numa outra oportunidade, dentro de um prazo não muito distante, possamos analisar a fundamentação da representação. Ou, ainda, com base no que já temos, podemos instalar o processo e nomear o relator – afirmou.

No caso de instalação de processo para investigar as denúncias, Sibá Machado admitiu a hipótese de designar o próprio Tuma para a relatoria. O assunto, porém, ainda não teria sido abordado com o corregedor.

Enquanto comandante da Aeronáutica atribuiu problemas a falta de pessoal, presidente da Anac culpa movimento dos controladores e procurador responsabiliza a gestão militar



Na CPI do Apagão Aéreo, Demostenes (E) e Tião Viana ouvem o presidente da Anac (acompanhado de Plínio Aguiar, da Anatel)

## Autoridades têm diagnósticos distintos para a crise aérea

Os depoentes da CPI do Apagão Aéreo apresentaram ontem diagnósticos diferentes para a crise que atingiu o setor de aviação civil. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, considerou como principal causa o fato de vários controladores terem sido afastados após o acidente com o avião da Gol.

– Diria que o problema começou com recursos humanos: falta de pessoal para fazer face à necessidade do controle. Na verdade, houve um dia em que 32 controladores estavam fora do serviço. E isso naturalmente gerou muito atraso – afirmou.

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, declarou que o aumento do tráfego aéreo ou a prática de overbooking não poderiam justificar uma crise no setor. Ele preferiu atribuir a maior responsabilidade pela crise ao que chamou de “movimento reivindicatório” dos controladores de voo.

### Gestão militar

O procurador Fábio de Assis Fernandes, do Ministério Público do Trabalho, considerou a gestão militar do sistema de controle de tráfego aéreo incompatível com a necessidade de melhoria das condições de trabalho dos operadores no Brasil.

Segundo o procurador, a crise que assola o setor não se deve fundamentalmente a baixos salários ou a um número pequeno dos integrantes da carreira de controladores de voo.

– O que questiono é se há possibilidade de melhoria nas condições de trabalho dos controladores de tráfego aéreo num sistema militarizado. Não vislum-

bro essa possibilidade por que não se admite a criação de carreiras distintas dentro do sistema militar – disse Fábio Fernandes.

### Reprovação

O procurador informou ainda aos membros da comissão sobre a reprovação, por quatro vezes seguidas, do controlador Jomarcelo Fernandes dos Santos, em teste de homologação para poder exercer a profissão. Jomarcelo dos Santos foi um dos controladores que monitoraram o jato Legacy que colidiu com o Boeing da Gol, em setembro do ano passado.

Prestaram também depoimento à CPI do Apagão Aéreo o comandante Célio Eugênio de Abreu Júnior, do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), e o procurador Alessandro Santos de Miranda, do Ministério Público do Trabalho.

Alessandro Miranda apresentou aos senadores um relatório contendo sugestões para a melhoria das condições de trabalho dos controladores de voo. Entre as soluções propostas, estão o redimensionamento do quadro de especialistas e técnicos, com a contratação de aproximadamente 600 controladores, e a observação rigorosa da capacidade de controle, ou seja, o número de aeronaves que podem ser controladas simultaneamente por um operador.

### Demanda

Milton Zuanazzi entende que, embora tendo havido um aumento no número de passageiros transportados – de 71 milhões para 102 milhões por ano, entre 2003 e 2006 –, essa majoração não significou um número maior de aeronaves. Teria havido, sim, aumento no tamanho dos aviões e, conseqüentemente, no número

de assentos.

Quanto à infra-estrutura, ele reconheceu que há alguns problemas, especialmente em São Paulo. Deficiências nas pistas de Congonhas e a sobrecarga de Guarulhos têm levado a “atrasos em efeito dominó”, porque os aeroportos paulistas são grandes centros de distribuição de vôos para outras localidades.

Zuanazzi entregou à CPI um plano de investimento para infra-estrutura aeroportuária no valor de R\$ 8 bilhões, a ser implementado até 2015. Nesse plano não estão incluídas obras de controle do tráfego – fora do rol de fiscalização da Anac – e de remanejamento de comunidades ou de aeroportos, em função do crescimento das cidades em torno dos aeroportos.

### Repases

O brigadeiro Juniti Saito negou a existência de quaisquer irregularidades no repasse, pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), de recursos à Força Aérea Brasileira (FAB) provenientes da cobrança de taxas das companhias aéreas pela utilização de serviços de controle de voo.

A posição de Saito contradita auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apura uma dívida de R\$ 582 milhões da Infraero, relativa a esses recursos, com o Departamento de Controle de Tráfego Aéreo. O brigadeiro se comprometeu a enviar documentos à Câmara e ao Senado esclarecendo a questão.

Juniti Saito rebateu acusações feitas por controladores de voo sobre a existência de pontos cegos na área de cobertura de radar no território nacional.

# Senadores reagem com críticas a declarações de Chávez

As críticas do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Congresso brasileiro foram novamente repudiadas ontem em Plenário por diversos senadores. Chávez condenou, na semana passada, resolução do Senado pedindo que fosse revista a decisão venezuelana de não renovar a concessão da RCTV, o canal de televisão mais popular do país. O líder do

PSDB, Arthur Virgílio, anunciou que seu partido vai obstruir qualquer votação relacionada ao ingresso da Venezuela no Mercosul. O líder do DEM, José Agripino, lamentou a postura do presidente Lula no episódio: "Se eu fosse presidente e o Poder Legislativo do meu país fosse agredido por presidente de um outro país, tomaria a sua defesa de forma elegante e não

com desdém". César Borges disse que as ações de Chávez representam risco às instituições venezuelanas. Valter Pereira defendeu o "apelo do Senado para que a liberdade de imprensa seja respeitada". Já o líder do governo, Romero Jucá, afirmou que "Lula foi bastante firme na defesa das prerrogativas dos parlamentares, que fizeram uma manifestação legítima".

José Agripino



Roosevelt/Photo

Arthur Virgílio



Roosevelt/Photo

César Borges



Roosevelt/Photo

Valter Pereira



Roosevelt/Photo

Romero Jucá



Cálio/Avaco

## Saída à la Lula: nem tanto ao céu nem tanto ao mar

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), criticou a reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ataque verbal do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Congresso Nacional brasileiro.

Para Agripino, a resposta de Lula ("Chávez cuida da Venezuela, eu cuido do Brasil e Bush cuida dos Estados Unidos") foi "uma saída à la Lula, nem tanto ao céu nem tanto ao mar". Com isso, frisou o senador, o Congresso brasileiro ficou falando sozinho, pois não teve o Poder Executivo para contestar a agressão de que foi alvo.

Agripino criticou também outra declaração do presidente Lula dada a uma afiliada da rádio BBC de Londres, em que ele teria se referido a Hugo Chávez como "parceiro do Brasil", acrescentando que "não representa perigo à América Latina".

Conforme o senador, se Chávez não representa um perigo neste momento, pelo menos não é um bom parceiro para o Brasil. Ele comparou o episódio diplomático com a Venezuela e sua inserção no Mercosul com a entrada do Paraguai no bloco, bastante questionada à época, pelo fato de o país não estar exatamente em acordo com a cláusula que prevê a democracia como pré-condição para a entrada no bloco.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) concordou com a proposta de obstrução da Venezuela no Mercosul.

## Partido decide obstruir ingresso no Mercosul

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou que seu partido decidiu obstruir qualquer votação, no Senado e na Câmara, de acordo para a entrada da Venezuela no Mercosul, até que o presidente Hugo Chávez se retrate "da grosseria" que fez ao Senado brasileiro. Ele apresentou requerimento para que a Casa aprove voto de repúdio às declarações de Chávez.

O senador criticou as ações de Hugo Chávez e lamentou o fato de ele, entre outras coisas, estar levando o país a uma corrida armamentista.

– Ele faz uma corrida armamentista não para defender a Venezuela dos Estados Unidos. Sabe que isso seria uma inutilidade. Ele está seguindo o padrão do ditador que, no final, enlouquece. Essa corrida vai terminar levando a Venezuela a guerrear com um país vizinho antes da derrubada do ditador – afirmou.

Segundo Virgílio, o acordo do Mercosul contém uma "cláusula democrática", já usada à época do presidente Fernando Henrique. Lembrou que, diante de uma ameaça de golpe no Paraguai, o Brasil, a Argentina e o Uruguai comunicaram que os paraguaios eram livres para escolher até mesmo o caminho da ditadura, mas teriam de fazê-lo fora do Mercosul. O senador acredita que a decisão ajudou a evitar o golpe.

Virgílio foi apoiado por Mão Santa (PMDB-PI) e Sérgio Guer- (PSDB-PE).

## Retrocesso: plano para se tornar presidente vitalício

"Na Venezuela, as instituições democráticas, lamentavelmente, estão sendo a cada dia vilipendiadas". Ao opinar sobre um suposto retrocesso político que estaria ocorrendo na Venezuela, César Borges (DEM-BA) protestou contra a reação de Hugo Chávez à moção aprovada pelo Senado.

Na avaliação do parlamentar, a moção proposta por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e acolhida pela Comissão de Relações Exteriores e pelo Plenário foi "elegante e correta". No entanto, ele classificou de "um ataque lamentável" a resposta de Hugo Chávez.

– Vimos Hitler utilizar a democracia para implantar uma ditadura tenebrosa na Alemanha. Stalin, na União Soviética, da mesma forma. Muito jovem, vi Fidel Castro ascender ao poder em Cuba e hoje ele é o ditador mais antigo do mundo. Hoje não tenho dúvida que Hugo Chávez está trabalhando para ser o presidente perpétuo da Venezuela.

Vários fatos comprovariam a tese de que aquele país está com suas instituições comprometidas. César Borges citou, como exemplos, as ameaças de morte a jornalistas, a implantação de uma lei da mordada, devassa fiscal em veículos de comunicação não alinhados com o governo, domínio do Executivo sobre a instância máxima do Judiciário e a intervenção de Chávez nas eleições presidenciais de diversos países vizinhos.

## Ação de um genérico de Hitler ou de Mussolini

"O Senado brasileiro não interferiu em nada; o que aprovamos foi um simples apelo para que a liberdade de imprensa fosse respeitada, para que se preservassem as regras democráticas, para que se respeitasse o direito do povo venezuelano de ser bem informado." A declaração foi feita por Valter Pereira (PMDB-MS), que acusou Hugo Chávez de ter novamente agredido o Congresso Nacional ao dizer, no último sábado, que o Parlamento do Brasil tinha emitido um comunicado grosseiro contra seu país.

Valter Pereira opinou que a manifestação de Chávez lembra declarações de integrantes do governo brasileiro durante o regime militar, quando forças democráticas de outros países se pronunciavam contra "a arrogância da ditadura".

– Efetivamente, o que estamos assistindo é a ação de um genérico de Hitler ou de Mussolini a copiar os mesmos métodos para esmagar a democracia e a liberdade. E o presidente Hugo Chávez ainda fala em dignidade. Que dignidade é essa? De privar o povo da Venezuela de se informar e de escolher seus meios de comunicação? De afastar toda a crítica, todas as opiniões contrárias e fazer da intolerância e da arrogância um método de administração? – indagou.

Em apartes, criticaram Chávez os senadores Mão Santa, Adelmir Santana (DEM-DF) e Heráclito Fortes.

## Lula e Itamaraty expressam a posição do governo

Em pronunciamento no Plenário, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), apoiou a reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ataque verbal do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Congresso Nacional brasileiro. Na opinião do senador, Lula foi bastante firme na defesa do Congresso. Segundo Jucá, as declarações de Lula e uma nota do Ministério das Relações Exteriores expressaram corretamente a posição do governo sobre os atos cometidos contra a democracia.

Chávez condenou os parlamentares brasileiros pelo protesto contra sua decisão de fechar a rede de televisão venezuelana RCTV, afirmando que o Congresso brasileiro "age como pagão" dos Estados Unidos.

– Lula foi bastante firme na defesa das prerrogativas dos parlamentares, que fizeram uma manifestação legítima – observou Jucá.

### Estradas

Romero Jucá solicitou ainda ao Ministério dos Transportes ajuda para a reconstrução de estradas federais em Roraima. Conforme o senador, as rodovias BR-401 e BR-174 estão danificadas pelas chuvas desta época na região, prejudicando o fluxo de trânsito no estado.

– As estradas vicinais estão intransitáveis também e as comunidades dos locais mais distantes estão cada vez mais isoladas com a falta de estradas – alertou.

## Marconi defende gestão de Estado voltada para modernização do país

Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu ontem uma proposta alternativa de gerência do Estado “baseada não em um projeto de poder como parece desejar o governo Lula”, mas em um projeto administrativo voltado para a perspectiva de construção de um país moderno na estrutura e na organização da máquina pública.

O senador salientou que, nos últimos dois anos, o Brasil ficou em penúltimo lugar em crescimento na América Latina, ganhando apenas do Haiti. Além disso, nos últimos anos o crescimento do país foi inferior à metade da média mundial incluindo os países africanos.

Marconi entende que, para o Brasil crescer de forma sustentada, serão necessárias atitudes concretas, “que tenham como líder alguém com autoridade”, no sentido de melhorar a qualidade do gasto público, reduzir os juros e a carga tributária, que é a maior do mundo – 39,5% do PIB – e fazer a conclusão da reforma do Estado, incluindo as reformas política, tributária, administrativa e trabalhista.

O parlamentar propôs ainda a



Marconi Perillo quer gasto público mais qualificado e redução da carga tributária

rediscussão do pacto federativo, argumentando que no modelo em vigor há uma assimetria entre as obrigações impostas à União e aos demais entes federados.

– Hoje, 73% de todas as receitas, impostos e contribuições ficam em poder da União, mas o povo recorre aos governos estaduais e aos municípios – lembrou.

O senador disse ainda que, para o Brasil ser um país competitivo, são necessários investimentos na infra-estrutura de transporte tendo em vista o modelo multimodal. Ele defendeu cuidados com as estradas, planejamento ferroviário e hidroviário e cuidados com os portos, o que permitiria um escoamento mais rápido da produção.

## Para Renan Calheiros, “defesa da democracia não pode ter fronteira”

Ao avaliar a reação do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao protesto do Senado brasileiro contra o fechamento da RCTV, o presidente da Casa, Renan Calheiros, disse que a democracia não é um regime perfeito, mas que é o melhor. Assim, considerou que o chefe político da Venezuela precisa aprender a conviver com a posição política do Brasil, que é diferente da de seu país.

– Depois da globalização, a defesa da democracia não pode ter fronteira, tem que ser uma tarefa de toda a sociedade – advertiu.

Renan observou que, onde houver ameaça à liberdade de imprensa, a sociedade que vê esse direito sob risco tem igualmente o dever de enfrentá-lo. Quanto



Renan: Hugo Chávez precisa aprender a conviver com a posição política do Brasil

à investigação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre denúncia de pagamento de despesas pessoais suas por funcionário da empreiteira Mendes Júnior, o presidente do Senado reiterou já ter apresentando todos os documentos relativos ao caso.

Audiência pública debate a regulação do setor de recursos hídricos e analisa possibilidade de nova cobrança que crie no consumidor de água a cultura do uso racional do recurso

## Subcomissão discute pagamento adicional pela utilização da água

A regulação do setor de recursos hídricos foi discutida ontem em reunião da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Um dos principais temas debatidos foi a possibilidade de extensão da cobrança – a exemplo do que ocorre na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – de uma taxa pela utilização da água como recurso natural, além da taxa já realizada pelas companhias de águas estaduais.

Essa possibilidade está prevista na Lei 9.433/97, que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas (ANA). O pagamento extensivo levaria a população a reconhecer a água como bem econômico, dando ao usuário uma indicação de seu real valor.

– Esse é o começo da racionalização da utilização da água porque a cultura de preservação dos recursos hídricos não está arraigada entre a população – afir-



Cordeiro Netto, Delcídio Amaral, Márley Caetano e Aparecida Vargas durante audiência

mou o presidente da subcomissão, Delcídio Amaral (PT-MS).

O pagamento seria fonte de recursos para o financiamento de programas e intervenções dos planos de recursos hídricos estaduais, de acordo com o diretor da ANA, Oscar Cordeiro Netto. “Isso coibiria os perdulários e diminuiria a poluição”, explicou.

O marco legal para a utilização dos recursos hídricos precisa ser aprimorado, frisou o gerente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do

Ministério do Meio Ambiente, Márley Caetano de Mendonça. A gestão da água mineral, por exemplo, não está submetida à gestão dos recursos hídricos.

Já o relator da subcomissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), defendeu a necessidade do fortalecimento das agências reguladoras para a atração de recursos privados. Também participou da audiência a secretária-executiva do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), Aparecida Vargas.

## Efraim pede revisão de portaria sobre sementes de algodão

Efraim Morais (DEM-PB) pediu que o Ministério da Agricultura faça mudanças na portaria que, no final de 2001, proibiu a comercialização de semente de algodão com línter (espécie de penugem presa às sementes) em todo o país. O senador disse que a medida, benéfica para as regiões úmidas do país, prejudica a lavoura de algodão no Nordeste.

De acordo com Efraim, o preço da semente sem línter (R\$ 9,50 o quilo) fica três vezes maior, pois só existe uma unidade de deslinteramento no país, localizada em Minas Gerais. Esse valor, explicou, inviabiliza o processo manual

em área de cultivo de até cinco hectares. Além disso, continuou o senador, a semente mais cara não aumenta a produtividade histórica da região Nordeste.

O senador informou que a semente de algodão com línter absorve e retém a umidade, o que é ruim para o Sul e o Centro-Oeste, onde, devido ao regime diferenciado de chuvas, a umidade resulta em fungos e perda de produção. No entanto, esclareceu Efraim, quando a semente é plantada no clima seco do Nordeste, o línter é benéfico.

– Creio que o atual governo, que tanto alardeia sua preferência



Efraim explica que sementes sem línter são mais caras e prejudicam cultivo no NE

pelos menos favorecidos, deveria rever essa malfadada portaria, para que os pequenos produtores que tentam sobreviver da atividade agrícola possam viver extraindo o seu sustento do fruto do trabalho em suas propriedades. Seria mais razoável se o prescrito na portaria se aplicasse apenas às regiões mais úmidas – concluiu.

## Mesquita Júnior homenageia o Direto do Cafezinho

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) fez ontem uma homenagem ao programa Direto do Cafezinho, transmitido pela TV Senado de um miniestúdio montado na sala de lanches contígua ao Plenário. De acordo com o senador, desde janeiro de

2006, o programa tem cumprido “com louvor” o objetivo de levar aos telespectadores um amplo leque de opiniões, sem distinção de partido ou região.

O Direto do Cafezinho, frisou, faz parte de um esforço que vem sendo realizado há 11 anos pela

TV Senado para dar transparência às atividades da Casa, o que inclui a transmissão de todas as sessões plenárias e reuniões de comissões.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que tem tratado com o senador César Borges, 3º

secretário, sobre o programa.

– Combinamos fazer o que for necessário com relação ao orçamento do Senado para que tenhamos um programa cada vez melhor – disse Renan, com o apoio do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).



Maciel: reunião promovida por partido espanhol e Democratas

## Marco Maciel registra debate sobre populismo

Marco Maciel (DEM-PE) registrou a conferência partidária internacional Democracia e Populismo na América Latina, realizada na sexta-feira, em São Paulo, e destacou a importância do evento para a política brasileira. Participaram do encontro o ex-primeiro-ministro da Espanha e atual presidente do Partido Popular Espanhol (PPE), José María Aznar, cujo partido promoveu a reunião em parceria com o Democratas.

Aznar falou, na conferência, sobre a plataforma do PPE, "partido que se caracteriza como reformista de centro e defende a prioridade na busca da dignidade do ser humano, do fortalecimento da democracia, do estado de direito e da integração europeia", conforme disse Maciel. O político espanhol alertou para o populismo decorrente da manipulação da opinião pública e suas consequências negativas para a América Latina.

– José Maria Aznar enfatizou, em rápida síntese, a necessidade de se reforçar a democracia, consolidar as instituições e executar políticas públicas e privadas para o desenvolvimento – frisou o senador.

Aznar preconizou ainda, acrescentou Maciel, a união de todos os partidos de centro das nações ibero-americanas na difusão de princípios fundamentais da democracia. O parlamentar salientou discurso do ex-presidente do PFL, Jorge Bornhausen, que atacou o populismo, classificando-o como "o grande predador atual" da democracia brasileira.

Difusão de vírus eletrônico e acesso indevido a dispositivos de comunicação estão entre as práticas tipificadas como delituosas no substitutivo apresentado por Eduardo Azeredo

# Proposta que pune crimes na internet terá audiência pública

Por acordo entre os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será realizada audiência pública para tratar de crimes na internet antes que volte à pauta de votações o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos de lei que versam sobre o assunto. O requerimento solicitando a audiência, no entanto, ainda não foi apresentado por nenhum senador e, por isso, não há definição a respeito de data e dos convidados para o debate.

A proposição causou polêmica no ano passado porque determinava que o provedor de acesso identificasse os usuários da internet, medida vista por algumas pessoas como ameaça à liberdade de expressão. Eduardo Azeredo apresentou novo substitutivo, que chegou a ser posto em votação na reunião da CCJ do último dia 30, mas a matéria recebeu pedido coletivo de vista e teve, assim, seu exame adiado. Agora, só voltará à pauta da comissão depois de a proposta ser discutida em audiência pública.

No substitutivo, o relator acatou emenda supressiva (número um na



Azeredo acata emenda que retira um dos pontos mais polêmicos do projeto

CCJ) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A alteração retira um dos pontos polêmicos do texto, o que trata do conceito de legítima defesa digital.

Os três projetos a que se refere o substitutivo de Azeredo tramitam em conjunto e receberam do relator parecer pela aprovação. Um deles (PLS 137/00), de autoria de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), aumenta em até o triplo as penas previstas para os crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade intelectual, os costumes, a criança e o adolescente, caso sejam cometidos com uso de tecnologia da informação ou de telecomunicações.

O outro projeto (PLS 76/00), do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), tipifica condutas praticadas com o uso dos computadores e fixa penas. A terceira proposição (PLC 89/03), do deputado Luiz Piauhyllino, altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e a lei que trata da inviolabilidade do sigilo nas comunicações interpessoais (Lei 9.296/96), a fim de também criar tipos penais para atos cometidos

com a utilização dos sistemas de computador.

### Modificações

Em síntese, explica Eduardo Azeredo, o substitutivo modifica o Código Penal tipificando o crime de dano por difusão de vírus eletrônico; define o delito de acesso indevido a dispositivo de comunicação; descreve a manipulação indevida de informação eletrônica; conceitua dispositivos de comunicação em sistemas informatizados, identificação de usuário e autenticação de usuário; define o crime de divulgação de informações depositadas em bancos de dados e o delito de "não guardar dados de conexões e comunicações realizadas", além de tipificar a conduta de "permitir acesso por usuário não identificado e não autenticado".

Entre outras modificações, o substitutivo também altera o Código Penal para definir o crime de difusão maliciosa de código; equiparar o cartão de crédito ou débito a qualquer dispositivo portátil de armazenamento ou processamento de informações e definir o crime de falsificação de telefone celular ou meio de acesso a sistema eletrônico.

Eduardo Azeredo observou ainda que o substitutivo determina que os crimes contra a honra terão a pena aumentada em dois terços se forem cometidos por intermédio de dispositivo de comunicação ou sistema informatizado.



Mão Santa diz que nunca viu tanta corrupção e indignidade

## Mão Santa quer Operação "Mãos Limpas" no Brasil

Pesquisa do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) apurou que, dos 1.283 entrevistados, apenas 19,9% têm confiança no Congresso e menos de 3% acreditam na integridade de seus representantes. Com base nesses dados, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a união de todos em torno de uma operação semelhante à Operação "Mãos Limpas", realizada na Itália a partir de 1992, que levou ao banco dos réus líderes políticos, ex-chefes de governo e empresários.

O senador sustentou que nunca viu tanta corrupção, indignidade e sem-vergonhice, sobretudo no estado que representa. Ele pediu perdão à população piauiense e à brasileira por ter apoiado e votado no presidente Lula e no governador Wellington Dias, ambos do PT, na eleição de 2002.

### Abuso

Mão Santa informou ainda que o pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí julgou procedente ação movida por sua coligação quando disputou, ano passado, a eleição de governador contra Wellington Dias. Os advogados de Mão Santa alegaram que a criação do Centro de Formação de Condutores do Detran-PI, que teria distribuído carteiras de habilitação gratuitamente, seria uma forma de abuso de poder econômico.

O relator, Clodomir Reis, considerou a acusação procedente e estipulou multa no valor de 100 mil Ufirs, o equivalente a quase R\$ 200 mil, segundo o senador.

## Audiência aborda papel da TV na formação dos valores éticos

O autor de telenovelas Sílvio de Abreu é um dos convidados da audiência pública marcada para discutir a influência da televisão na formação e na estruturação dos valores éticos, morais e de cidadania em nossa sociedade. O debate será promovido pela Comissão de Educação (CE) amanhã, a partir das 10h. Também foram convidados para a reunião o professor de filosofia Roberto Romano e o presidente da Televisão América Latina (TAL), Gabriel Priolli.

O autor do requerimento, senador Pedro Simon (PMDB-RS), disse que a primeira vez que sugeriu essa discussão foi em julho de 2006, "no calor de entrevista concedida por Sílvio de Abreu à revista *Veja*", explicou. Por ser um ano eleitoral, a audiência pública não pôde ser realizada.

À época, Sílvio de Abreu trabalhava no desfecho da novela *Belíssima*, da TV Globo, que havia chegado à audiência de 59 pontos no Ibope. Na entrevista a *Veja*, o autor de telenovelas afirmou: "Uma parcela das espectadores já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para elas, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo".

Sílvio de Abreu, de acordo com a entrevista citada por Simon, se confessava chocado com a descoberta de que o público mudou seu modo de encarar os desvios de conduta dos personagens.



Ao propor debate, Simon afirma que assunto mantém-se atual

Em março deste ano, com o entendimento de que o assunto mantinha-se atual, o senador gaúcho voltou a apresentar o requerimento a respeito do papel da televisão na formação dos valores éticos.

O parlamentar é autor da projeto que propõe a inclusão, nos currículos do ensino médio e fundamental, de matéria que ensine, valorize e proporcione o desenvolvimento dos valores éticos, morais e de cidadania. Já aprovado no Senado, a projeto de lei (PLS 63/06) tramita na Câmara dos Deputados.



Adelmir quer debate sobre a regulamentação dos cartões

## Cartões de crédito cobram as taxas mais altas do mundo, diz Adelmir

Adelmir Santana (DEM-DF) sugeriu ontem, em discurso, que o governo torne públicas as discussões que promovendo para regular o mercado de cartões de crédito no país. A seu ver, o setor é "pouco transparente" e cobra dos lojistas as maiores taxas do mundo. Ele afirmou que a taxa média mensal dos cartões no Brasil é de 4%, conforme estudo da Funda-

ção Getúlio Vargas de 2005. Na Argentina, citou, é de 1,25% e no Uruguai, 1,3%.

O senador disse lamentar que as empresas que operam no país não informem ao consumidor os juros cobrados. Em sua opinião, isso impede que os usuários decidam com segurança se devem ou não usar o cartão. O parlamentar informou há alguns dias ao Plenário que apenas

duas empresas – Visa e Mastercard – dominavam 96,6% do mercado brasileiro, em 2005.

Adelmir Santana admitiu que as altas taxas cobradas nos cartões podem ser "fruto da inépcia das nossas autoridades em combater essas imperfeições do mercado". Ele anunciou ter pedido informações à Secretaria de Direito Econômico sobre eventuais investigações

de práticas abusivas praticadas no mercado de cartões.

O senador pediu apoio dos colegas para a aprovação de projeto de lei de sua autoria que permite aos lojistas a fixação de preço diferenciado para a venda de dinheiro ou a cartão. Em apertes, Adelmir Santana recebeu apoio dos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (DEM-PI).

## João Pedro destaca status da Petrobras no estrangeiro

João Pedro (PT-AM) fez ontem, em discurso, uma homenagem à Petrobras pelo reconhecimento que a empresa vem obtendo internacionalmente em função de sua eficiência.

O senador expressou seu orgulho pelo destaque dado a uma empresa brasileira e disse esperar que a estatal amplie suas parcerias de modo a aumentar a oferta de energia em modalidades como biodiesel e gás natural.

### Avanço

O parlamentar informou ao Plenário sobre a mudança de classificação da Petrobras – de 83ª para 8ª – no ranking da empresa privada de assessoria e pesquisa norte-americana Reputation Institute (RI), ou Instituto Reputação. Há dez anos, o RI divulga sua pesquisa, que atualmente relaciona 600 grandes companhias em nível mundial.

De acordo com João Pedro, o instituto criou um modelo de pesquisa – o Rep Track – que mede o nível de estima, confiança, respeito e admiração da parte dos consumidores. De janeiro a fevereiro deste ano, foram entrevistadas mais de 60 mil pessoas. Entre as empresas brasileiras, a Petrobras aparece em primeiro lugar.



João Pedro defende ampliação da oferta de biodiesel e gás natural

# Projeto deve tornar mais eficaz o combate a fraudes em obra pública

Lideranças partidárias da CMO debatem hoje proposta que visa consolidar regras, dispersas em várias normas, sobre a fiscalização de obras e serviços pelo Congresso

Os representantes das lideranças partidárias na Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúnem-se hoje, a partir das 15h, para discutir o projeto de decreto legislativo de autoria do senador José Maranhão (PMDB-PB) que estabelece normas gerais sobre a fiscalização de obras e serviços pelo Poder Legislativo. O encontro será na sala da presidência da CMO.

O projeto de José Maranhão, que é presidente da comissão, tem por objetivo consolidar os parâmetros para que o Legislativo exerça as suas funções constitucionais de controle externo e de fiscalização, nos termos



Iniciativa de José Maranhão permite acesso a dados indispensáveis ao controle externo

dos artigos 70 e 165 a 167, da Constituição federal, que tratam da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos orçamentos.

### Irregularidades

Dos 26 artigos da proposta, 11 tratam da fiscalização das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, incluindo os mecanismos de bloqueio da execução das despesas. Abordam também os princípios gerais da ação de controle; as formas sistematizadas de solicitação de auxílio ao Tribunal de Contas da União (TCU); e o acesso e a organização das informações consideradas imprescindíveis à fiscalização

e ao controle externo.

José Maranhão lembra que as normas de fiscalização e controle externo a cargo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados encontram-se registradas em trechos dispersos de diferentes regimentos e resoluções, "carecendo de parâmetros firmes e seguros para orientar os passos dos parlamentares".

Como prova, o senador salienta que as sucessivas leis de diretrizes orçamentárias têm trazido dispositivos, também fragmentados, relativos à orientação das ações de controle sobre obras e serviços, como forma de estabelecer, minimamente, os padrões de prevenção de fraudes e irregularidades.

Caso venha a ser aprovada, a iniciativa, no entender do parlamentar, "será um instrumento eficaz no combate às fraudes e irregularidades com o patrimônio público por meio do pleno exercício das prerrogativas constitucionais de controle externo".

## CAE decide hoje sobre novas deduções do Imposto de Renda

Dois projetos de lei que prevêem novas possibilidades de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h. Uma das propostas, que tem como autor o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), permite a dedução das despesas com nascituros. A outra, de iniciativa da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), autoriza a dedução de doações a programas oficiais de combate à fome. Ambas as proposições (PLS 7/07 e PLS 2/03) receberam pareceres favoráveis de seus relatores, Kátia Abreu (DEM-TO) e Delcídio Amaral (PT-MS), respectivamente.

Além dessas propostas, há mais

duas que tratam de benefícios relacionados ao Imposto de Renda, mas relativas às declarações de pessoas jurídicas.

Uma delas é o PLS 43/07, de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que prorroga incentivos fiscais concedidos a empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ou da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Esses empreendimentos devem enquadrar-se nos setores da economia considerados pelo Poder Executivo como prioritários para o desenvolvimento regional. A proposição, que recebeu parecer favorável do senador João Vicente Claudino

(PTB-PI), será votada depois pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.

### Transplantes

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), por sua vez, é autor do projeto de lei que permite às empresas deduzirem os salários e encargos sociais de funcionários submetidos a transplantes renais ou que sejam portadores de insuficiência renal crônica. A proposta (PLS 406/03), no entanto, não recebeu parecer favorável de sua relatora, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), que defende a rejeição da matéria.

Esses quatro projetos em exame na CAE fazem parte de uma pauta com um total de 17 itens.



Papaléo afirma que instituição será centro de excelência médica

## Papaléo: Incor do DF continuará em funcionamento

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem, da tribuna, que a unidade do Hospital do Coração (Incor) em Brasília continuará em funcionamento. "De forma alentadora, a imprensa noticiou que o Incor do DF não será extinto. Representantes do Ministério da Saúde e do governo do Distrito Federal asseguraram que a Fundação Zerbini continuará sendo mantenedora do hospital", assinalou.

O parlamentar destacou que a unidade do DF não só continuará em atividade, como deverá ser um centro de excelência médica no Brasil. Ele informou que a Fundação Zerbini e os governos federal e estadual de São Paulo fizeram um acordo para a criação de um grupo emergencial com o objetivo de reestruturar o Incor, "depois que o instituto sofreu profundo abalo por conta de denúncias de irregularidades administrativas que recaíram sobre a entidade nos últimos meses".

– De fato, depois de muito dinheiro público investido, nada mais socialmente oportuno do que aproveitar o investimento – defendeu Papaléo, lembrando que o Senado aprovou em abril a liberação de R\$ 2 milhões para o Incor.



Mesquita Júnior critica repetição do binômio estradas e hidrelétricas

## Mesquita Júnior quer novo modelo para a Amazônia

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem em Plenário um plano de desenvolvimento para a Amazônia que se diferencie daqueles adotados pelos diversos governos até agora. Ele cobrou uma exploração econômica "genuinamente sustentável e não predatória", que inclua a população local e respeite o meio ambiente.

O senador manifestou preocupação especial com o destino de dois rios amazônicos, o Xingu e o Madeira, para os quais estão previstos grandes projetos de construção de usinas hidrelétricas. Mesquita Júnior comparou a situação desses rios com o que aconteceu com o rio Tucuruí, onde foi construída uma hidrelétrica que deslocou as populações locais, para as quais até hoje o governo não proporcionou solução adequada, disse.

– O governo repete a mesma lógica há anos na Amazônia: o binômio estradas e hidrelétricas. Atrás, vem a destruição da região. E como ficam o povo e o meio ambiente? – indagou o parlamentar.

### Apropriação

Mesquita Júnior insistiu em uma mudança por parte do governo na "lógica de exploração econômica" da Amazônia, de modo a evitar que continue a prática considerada por ele como "apropriação perversa, privada e por poucos" do esforço de produção realizado pela população amazônica.

– O que se diz que é economicamente sustentável na prática significa que a população amazônica trabalha e sustenta o que é apropriado por poucos – criticou o representante do Acre.

Em seminário sobre a crise financeira da Uergs, Zambiasi e Paim anunciam a inclusão de emendas beneficiando a instituição e Cristovam pede apoio para formação de professores da educação de base

# Senadores apóiam movimento em favor da universidade estadual do RS

Em seminário realizado ontem em Porto Alegre, os senadores Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PT-DF) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) firmaram compromisso de apoiar o movimento de estudantes, professores e funcionários em prol da revitalização da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), que enfrenta graves problemas administrativos (falta de professores, problemas nas instalações físicas, diminuição de vagas nos vestibulares) e financeiros (mais de R\$ 11 milhões em dívidas).

Realizado na Assembléia Legislativa do estado, o seminário foi promovido pelas comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. Pedro Simon (PMDB-RS), que também é autor da proposta de realização do seminário, não pôde participar do evento. Os senadores se comprometeram a incluir recursos para a universidade em suas emendas ao Orçamento da União. Os deputados estaduais presentes também prometeram lutar pela ampliação de recursos, por meio de emendas ao Plano Plurianual (PPA) do estado.

Além dos senadores, participaram do debate as deputadas federais Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) e Maria do Rosário (PT-RS), vários deputados estaduais e vereadores, o



Na mesa do seminário: deputada Marisa Formolo, Zambiasi, deputado Villaverde, Cristovam e Paim

reitor da universidade, Carlos Alberto Martins Callegaro, e representantes dos estudantes, dos professores e dos servidores da Uergs. Como o governo estadual não enviou representante, os parlamentares pediram uma audiência com a governadora Yeda Crusius, para que ela tome conhecimento do que foi discutido.

### Diálogo

O reitor da Uergs se comprometeu a convocar uma reunião com toda a comunidade acadêmica, na qual ele apresentará relatório de seus quatro meses à frente da reitoria, anunciará planos para o futuro da instituição e responderá perguntas elaboradas pelos mais de 20 estudantes, professores e servidores que participaram do seminário. Outro encaminhamento foi a criação de uma comissão, que

se encarregará da elaboração de um plano emergencial para os próximos 60 dias.

Cristovam Buarque anunciou que as comissões de Educação da Câmara e do Senado irão realizar audiência conjunta, em Brasília, para discutir a situação das universidades estaduais brasileiras. Também foi sugerido à Assembléia Legislativa de São Paulo que realize seminário similar para debater os problemas enfrentados pela Universidade de São Paulo (USP).

O senador também pediu à comunidade acadêmica da Uergs que ajude na formação de professores para a educação de base. No encontro, foi decidida ainda a criação de outra comissão para visitar os campi da Uergs no estado e identificar as dificuldades de cada unidade.

## Redução do corpo docente integra lista de problemas

Durante o seminário em Porto Alegre, Rafael Simões, representando a União Nacional dos Estudantes (UNE), destacou o bom resultado obtido pelos alunos da Uergs no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que ele atribuiu ao empenho dos estudantes, servidores e professores. Simões lamentou a ausência da secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu, que representaria o governo estadual no seminário.

Entre os professores presentes, Marcelo Christoff relatou a demissão e o afastamento de vários docentes da universidade. Ele defendeu a necessidade de realização de eleições para a escolha do reitor da instituição. A deputada Maria do Rosário também reclamou da diminuição de vagas na Uergs e cobrou responsabilidade da governadora, desenhadores, deputados federais e estaduais, e de toda a população do Rio Grande do Sul frente aos

problemas da universidade.

O atual reitor, Carlos Alberto Martins Callegaro, escolhido pelo governo estadual, reconheceu que a Uergs "está em crise de crescimento" e disse que a reitoria está comprometida em consolidar a instituição. Sérgio Zambiasi ressaltou que a universidade precisa ser reestruturada e declarou "voto de confiança" ao reitor. Ele também afirmou que a criação da Unipampa deve ser debatida amplamente. O senador defendeu ainda a criação da Universidade do Mercosul, que, em sua opinião, aproximaria os países sul-americanos.

– O Brasil tem fronteiras com a Argentina e o Uruguai, e a Universidade do Mercosul poderia trabalhar em parceria com a Uergs e com outras universidades da região, como as futuras Unipampa e Federal da Fronteira Oeste – assinalou Zambiasi.

### Mobilização

Já Paulo Paim elogiou a mobiliza-

ção de alunos, professores e técnicos e cobrou do governo estadual verbas para a Uergs. O senador destacou a necessidade de a universidade estadual ter uma "gestão democrática" e informou que apresentou emenda de bancada em favor da instituição, "pólo fundamental para o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul".

O deputado estadual Raul Carrion (PCdoB) afirmou que a universidade está em "crise de definhamento". Já o deputado estadual Adão Villaverde (PT) ressaltou que a Uergs é um órgão estratégico para o ensino superior do estado e do Brasil.

O professor Fernando Molinos, representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), observou que "a crise não é só da Uergs, é de todo o sistema nacional de ensino superior". Ele defendeu o fortalecimento do tripé pesquisa, ensino e extensão nas universidades brasileiras.



Gilvam: "ambientalismo xiita" deixa pequeno produtor acuado

## Agricultor sofre com lentidão do Ibama, diz Gilvam

Na "briga de cachorro grande" entre governo, organizações não-governamentais ambientalistas e grandes empreendimentos agroindustriais, quem sai perdendo é o pequeno agricultor, afirmou ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele assinalou que os setores produtivos mais fortes têm fôlego e recursos para "agüentar o tranco" e levar a melhor, como ocorreu com os projetos de aproveitamento hídrico do rio Madeira.

– O problema se torna realmente grave, e a injustiça flagrante, quando o ambientalismo xiita se volta para acuar os pequenos, os indefesos e os pobres. Isso é o que acontece aos pequenos agricultores de todo o país, certamente, mas sobretudo da Amazônia, região demasiadamente cara ao fundamentalismo protecionista – afirmou.

### Burocracia

Quando precisam de licenciamento ambiental para derrubar algumas árvores para plantar suas roças, disse, os pequenos agricultores da região Norte são vítimas da lentidão da burocracia do Ibama e das secretarias estaduais. O senador informou que recebe repetidas reclamações de agricultores do Amapá que não conseguem produzir, pelo "capricho ou desídia de alguns funcionários" de órgãos ambientais.

– É necessário que se estabeleça uma forma de tornar mais expedito o licenciamento para manejo de terras por pequenos agricultores, estabelecendo prazos para manifestação de órgãos ambientais. Se não for possível fazê-lo por lei, que se exija a edição de portaria por essas instituições – reclamou.